

MEMORANDO INTERNO N° 173/2022

2053
E

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Pedido de Cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 12/2022

Interessado: CIRÚRGICA PARANAÍ LTDA - ARP N° 86/2022

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa CIRÚRGICA PARANAÍ LTDA, sobre o pedido de cancelamento do item nº 166 - **PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS**. Informo que o último volume do processo de licitação já se encontra neste departamento jurídico.

Após, à Diretora Executiva para decisão final.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 21 de novembro de 2022

MARCEL DOS SANTOS CARDOSO

Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

RECEBIDO EM:

21/11/2022

ASS: 

Elton Rodrigo de Castro Gercez
Assistente Jurídico
OAB/SP 369.076

De: Cirúrgica Paranaíba <cirurgicaparanavai@gmail.com>
Enviado em: segunda-feira, 26 de setembro de 2022 08:05
Para: Licitação Compra - CIOP
Assunto: Pedido de Desistência - Paracetamol Gotas
Anexos: Posicionamento GREENPHARMA.pdf; Pedido de Desistência CIOP Paracetamol.pdf

2054
J

Bom Dia,
Em anexo, enviamos pedido de desistência para o medicamento Paracetamol Gotas.

Favor Confirmar Recebimento

Atenciosamente

Alex



CIRÚRGICA PARANAÍ LTDA

Cirúrgica Paranaíba

Av. Presidente Tancredo Neves, Nº 198, Vila São Vicente, Paranaíba - PR, CEP 87.709-180.

CNPJ: 30.766.874/0001-15 Inscrição Estadual: 90784356-47

Telefone/Fax: (44) 3062-2008

Paranaíba – Paraná, 26 de Setembro de 2022.

Ao Consorcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP

**REFERENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 86/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2022 – CIOP
PROCESSO Nº 16/2022-CIOP**

PEDIDO DE DESISTÊNCIA

À Empresa CIRURGICA PARANAÍ - LTDA, CNPJ nº 30.766.874/0001-15, situada a Av. Tancredo Neves, nº 198, Vila São Vicente, na cidade de Paranaíba estado do Paraná, vem por seu responsável legal, solicitar a desistência para o item 166: Paracetamol 200mg/ml Gotas – Frasco 15ml.

Conforme declaração do laboratório produtor (GREENPHARMA) em anexo, o medicamento não esta sendo produzido e não tem previsão de regularização de produção.

Buscamos em outros laboratórios e inclusive em outros distribuidores encontrar o medicamento para entrega porem não obtivemos sucesso.

Desta forma, comprovamos que, o atraso na entrega dos pedidos referente ao medicamento em questão foi fruto de causa maior e por sermos distribuidores somos dependentes da fabricação do produto, e que a todo o momento buscamos formas de regularização.

Impossibilitados de fornecer o produto por falta de fabricação, **solicitamos a DESISTÊNCIA do mesmo de nosso contrato.**

Sem mais para o momento, contamos com vossa compreensão.

Atenciosamente,

**ALEX DIAS
DAMINELLI:0
6954312932**
**ALEX DIAS DAMINELLI
RESPONSÁVEL LEGAL**

Assinado de forma
digital por ALEX DIAS
DAMINELLI:0695431293

Dados: 2022.09.26
08:02:50 -03'00'

2056
8

Cirúrgica Paranaíba <cirurgicaparanavai@gmail.com>

Posicionamento referente entrega de pedido

2 mensagens

Cirúrgica Paranaíba <cirurgicaparanavai@gmail.com>

1 de setembro de 2022 15:47

Para: Manolo - Sasckia Representações <cotacaomedic2@gmail.com>

Boa Tarde

Solicitamos Posicionamento referente a entrega do nosso pedido de Paracetamol Gotas 15ml, do laboratório GREENPHARMA.

Att
Alex

-

**CIRÚRGICA PARANAÍBA LTDA****Cirúrgica Paranaíba**

Av. Presidente Tancredo Neves, Nº 198, Vila São Vicente, Paranaíba - PR, CEP 87.709-180.

CNPJ: 30.766.874/0001-15 Inscrição Estadual: 90784356-47

Telefone/Fax: (44) 3062-2008

cotacaomedic@terra.com.br <cotacaomedic@terra.com.br>

3 de setembro de 2022 14:49

Para: Cirúrgica Paranaíba <cirurgicaparanavai@gmail.com>

**Luciana Duarte**Representante Comercial

47 3350 3122 Fixo

47 99656 5051 Celular

E-mail : cotacaomedic@terra.com.br

De: cotacaomedic2@gmail.com <cotacaomedic2@gmail.com>**Enviada em:** sexta-feira, 23 de setembro de 2022 14:02**Para:** cotacaomedic@terra.com.br**Assunto:** ENC: Posicionamento referente entrega de pedido

Boa tarde

Pela falta de matéria prima do item Paracetamol hospitalar a produção do mesmo foi suspensa por tempo indeterminado

Att



SASCKIA
Representações Ltda.

Manolo Luis Martins

Cel/Whatsapp: (47) 99683 2015

Email: Cotacaomedic2@gmail.com

Fone: (47) 3350 3122

2057
B

De: Cirúrgica Paranaíba <cirurgicaparanavai@gmail.com>

Enviada em: quarta-feira, 21 de setembro de 2022 15:47

Para: Manolo - Sasckia Representações <cotacaomedic2@gmail.com>

Assunto: Posicionamento referente entrega de pedido

Boa Tarde

Solicitamos Posicionamento referente a entrega do nosso pedido de Paracetamol Gotas 15ml, do laboratório GREENPHARMA.

Att

Alex

—

[Redacted signature]

[Texto das mensagens anteriores oculto]



PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: CIRURGICA PARANAÍ LTDA

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE CANCELAMENTO DO ITEM Nº 166 – PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de cancelamento referente ao 166 – PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa **CIRURGICA PARANAÍ LTDA**, registrados na ata do **Pregão Eletrônico nº 12/2022** sob a justificativa de que ocorreu um desabastecimento do medicamento junto ao seu fornecedor.

Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do cancelamento do item nos moldes apresentado, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

A empresa **CIRURGICA PARANAÍ LTDA**, em documento apresentado solicita o cancelamento do item **166 – PARACETAMOL 200MG/ML**

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

ABH



GOTAS que logrou vencedora na licitação em epígrafe, argumentando que houve um desabastecimento do item junto ao seu fornecedor.

Inicialmente, faz-se necessário ressaltar alguns importantes princípios aplicáveis ao presente caso, quais sejam, o Princípio da Supremacia do Interesse Público, Princípio da Legalidade, Princípio da Impessoalidade e Princípio da Eficiência.

O primeiro diz respeito à superioridade do interesse público sobre o particular e que todas as ações do Estado devem ter como objetivo alcançar tal necessidade, pois os interesses da coletividade devem sobressair em relação aos individuais. Por esta razão Marcos Bittencourt afirma que *“o princípio da supremacia de interesse público atribui um status especial ao Estado frente ao particular”*.

Quanto à Legalidade, princípio constitucional expressamente previsto no art. 37 da Carta Maior, em decorrência do Estado de Direito, a observância do disposto em lei é obrigatória à Administração Pública, e, neste sentido, ensina Flávia Bahia que *“quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina”*. Especificamente em relação às licitações, o Princípio da Legalidade traduz-se no Princípio da Estrita Observância Editalícia, segundo o qual todo o processo licitatório deve guardar estrita observância ao edital.

Já a impessoalidade consiste na ideia de que a atuação pública não pode ter como objetivo beneficiar ou prejudicar ninguém em especial, ou seja, sem discriminações, não devendo ter como mote o indivíduo que será atingido pelo ato administrativo. Segundo Matheus Carvalho *“o princípio da impessoalidade reflete a necessidade de uma atuação que não discrimina as pessoas, seja para benefício ou para prejuízo”*.

O último princípio, qual seja, o da Eficiência, também constitucionalmente expresso, imputa ao Estado a obrigação de produzir bem, com qualidade e com menos gastos, atuando com presteza e objetivando sempre o melhor resultado prático com o menor custo e o menor desperdício.

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116

ABH



No instituto da licitação pública verifica-se a aplicação, dentre outros, destes quatro princípios supra destacados, visto que, pela legalidade, a Administração deve ater-se às normas estabelecidas no ordenamento jurídico, previstas nas leis que tratam sobre licitação, em especial o pregão, que, em nome da supremacia do interesse público, determinam como a Administração deverá contratar com os particulares para adquirir bens e serviços, sempre garantindo a impessoalidade na escolha do licitante, realizada através de critérios objetivos previstos na lei e no edital, alcançando, assim, a eficiência.

Sobre o tema, Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que:

A licitação é um procedimento integrado por atos e fatos da Administração e atos e fatos do licitante, todos contribuindo para formar a vontade contratual. Por parte da Administração, o edital ou convite, o recebimento das propostas, a habilitação, a classificação, a adjudicação, além de outros atos intermediários ou posteriores, como o julgamento de recursos interpostos pelos interessados, a revogação, a anulação, os projetos, as publicações, anúncios, atas etc. Por parte do particular, a retirada do edital, a proposta, a desistência, a prestação de garantia, a apresentação de recursos, as impugnações.

Observa-se que, dentre os atos de responsabilidade do licitante está o da elaboração da proposta, que é o documento que a empresa elabora e apresenta ao órgão para oferecer seu preço pelo produto ou serviço objeto da licitação. A proposta de preço deve ser elaborada de acordo com o edital, levando em conta o objeto da licitação. Além do preço do produto ou serviço, a proposta deve conter o descritivo do objeto e comprovar que a empresa tem condições de atender a todas as características solicitadas no edital.

Importante pontuar que o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados

gou



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2199
5

no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

Faz-se necessário apontar que a Ata de Registro de Preço somente traz obrigações de forma unilateral ao vencedor da licitação, o qual se obriga fornecer ou prestar serviço da ata para a Administração, de acordo com a especificação de sua proposta e com o preço apresentado por ocasião do certame, pelo **prazo registrado, podendo chegar a um ano**.

Deste modo, o registro que vinculará as partes nos moldes que se darão as contratações, sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata.

Desta forma, o cancelamento de itens, nos moldes ora pleiteados, somente poderá ser realizado de forma excepcional e se daria através da comprovação da ocorrência de: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

Entretanto, está sedimentando-se o entendimento da inaplicabilidade da teoria da imprevisão para o cancelamento de itens da ata, não sendo possível a alteração enquanto vigente aquela.

Assim o desabastecimento sazonal de medicamento no mercado é um dos fatos a ser considerado no momento em que realiza a proposta no certame, vez que este faz parte dos riscos assumidos pela empresa.

Conjugando o suso exposto, as empresas participantes do processo licitatório não podem alegar o desconhecimento ou a imprevisibilidade da situação eis que o certame ocorreu quando já instituído o cenário de crise. Por tal razão, para ser possível o cancelamento do item, ter-se-ia que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização e a sua comprovação por meio documental de forma contundente.

ABU



Álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando, lugar à aplicação da teoria da imprevisão; a Administração Pública poderia conceder o reequilíbrio.

Conforme o Tribunal de Contas da União:

9.1 A ÁLEA ORDINÁRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraviva, 1998, p. 157).

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÁRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ, 1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

Trata-se de um risco intrínseco ao negócio a dificuldade do licitante em obter o produto a ser fornecido, relação jurídica da qual a Administração não faz parte, mas sim o licitante.

Portanto não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do cancelamento do item da empresa solicitante, não havendo real motivo para que o argumento apresentado pela empresa prospere, uma vez que foram acostadas apenas cópia de e-mail de seu fornecedor, sendo que esta não tem o

ABM



condão de afastar a obrigatoriedade da entrega de outras provas, até porque em pesquisa no CMED verifica-se outras marcas.

É necessária uma razão factual e não um desabastecimento de seu fornecedor para justificar o cancelamento do item, pois a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame não fornecer o item em apreço.

Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, *verbis*:

“VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre

434



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2202
8

o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa licitante, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às*

JEN



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2203
B

contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta". (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa solicitante sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pelo indeferimento do pedido de cancelamento do item em que a empresa **CIRURGICA PARANAÍ LTDA** sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento.

4512



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2204
8

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 28 de dezembro de 2022.


Sérgio Ricardo Stuani
Diretor Jurídico


Elton Rodrigo de Castro Garcez
Assistente Jurídico


Julio Cesar Gratton Pagnosi
Assistente Jurídico

MEMORANDO INTERNO Nº 08/2023

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Executiva

Assunto: Pedido de cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 12/2022

Interessado: CIRÚRGICA PARANAÍ LTDA - ARP nº 86/2022

Após solicitação de cancelamento às fls. 2.053/2.057, sobre o item **Nº 166 - PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS**, encaminho o Parecer Jurídico às fls. 2.196/2.204, que opinou pelo indeferimento do pedido.

Presidente Prudente, 04 de janeiro de 2023



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Assunto: Pedido de cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 12/2022

Interessado: CIRÚRGICA PARANAÍ LTDA - ARP nº 86/2022

Trata-se de solicitação de cancelamento do item **Nº 166 - PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS**, registrado na Ata de Registro de Preços nº 86/2022, alegando, em síntese, a falta de fabricação do fármaco, o que impossibilita o seu adimplemento.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico de fls. 2.196/2.204, e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **CIRÚRGICA PARANAÍ LTDA, CNPJ nº 30.766.874/0001-15, ARP Nº 86/2022**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 04 de janeiro de 2023



Maria Heloisa da Silva Cuvolo
Diretora Executiva - CIOP



DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Despacho da Diretoria Executiva. Assunto: solicitação de cancelamento de item. Pregão Eletrônico nº 12/2022. Interessada: **CIRÚRGICA PARANAVAI LTDA - CNPJ nº 30.766.874/0001-15, ARP Nº 86/2022.** Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de cancelamento do item nº 166 - PARACETAMOL 200 MG/ML GOTAS, conforme fundamento acostado nos autos. Maria Heloisa da Silva Cuvolo - Diretora Executiva do CIOP. Pres. Prudente, 04 de janeiro de 2023.

